

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	12

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	25
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	27
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	28

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	20.000
Preferenciais	0
Total	20.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	292.108	300.297
1.01	Ativo Circulante	97.551	104.606
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	148	465
1.01.01.01	Caixa e Bancos	148	465
1.01.02	Aplicações Financeiras	49.340	56.666
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	49.340	56.666
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	49.340	56.666
1.01.03	Contas a Receber	45.428	44.706
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	45.428	44.706
1.01.03.02.01	Concessionárias e Permissionárias	7.016	6.640
1.01.03.02.03	Contas a Receber - Ativo de Contrato	38.412	38.066
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.635	2.769
1.01.08.03	Outros	2.635	2.769
1.01.08.03.01	Outros Créditos	2.635	2.769
1.02	Ativo Não Circulante	194.557	195.691
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	193.341	194.473
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	23.938	23.062
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	23.938	23.062
1.02.01.04	Contas a Receber	169.403	171.411
1.02.01.04.03	Ativo de Contrato	169.403	171.411
1.02.03	Imobilizado	1.216	1.218
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.216	1.218

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	292.108	300.297
2.01	Passivo Circulante	55.623	61.100
2.01.02	Fornecedores	551	607
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	551	607
2.01.02.01.01	Fornecedores	551	607
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.800	4.745
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.800	4.745
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	344	1.367
2.01.03.01.02	Taxas Regulamentares	2.789	2.652
2.01.03.01.03	Outros Impostos e Contribuições a Pagar	667	726
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.965	28.497
2.01.04.02	Debêntures	23.965	28.497
2.01.04.02.01	Em moeda nacional	23.965	28.497
2.01.05	Outras Obrigações	24.023	23.997
2.01.05.02	Outros	24.023	23.997
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	22.644	22.644
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	1.379	1.353
2.01.06	Provisões	3.284	3.254
2.01.06.02	Outras Provisões	3.284	3.254
2.01.06.02.04	PIS e COFINS Diferido	3.284	3.254
2.02	Passivo Não Circulante	195.184	203.700
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	150.815	160.684
2.02.01.02	Debêntures	150.815	160.684
2.02.03	Tributos Diferidos	42.956	41.667
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.956	41.667
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.646	36.480
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	5.310	5.187
2.02.04	Provisões	1.413	1.349
2.02.04.02	Outras Provisões	1.413	1.349
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.413	1.349
2.03	Patrimônio Líquido	41.301	35.497
2.03.01	Capital Social Realizado	20.000	20.000
2.03.04	Reservas de Lucros	15.498	15.497
2.03.04.01	Reserva Legal	4.000	4.000
2.03.04.11	Dividendos retidos	11.498	11.497
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.803	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	14.509	15.047
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.085	-1.003
3.03	Resultado Bruto	13.424	14.044
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-130	-140
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-130	-140
3.04.02.01	Serviços de Terceiros	-107	-96
3.04.02.02	Outros	-23	-44
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.294	13.904
3.06	Resultado Financeiro	-4.512	-4.936
3.06.01	Receitas Financeiras	1.842	1.896
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.354	-6.832
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.782	8.968
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.979	-3.043
3.08.01	Corrente	-1.813	-931
3.08.02	Diferido	-1.166	-2.112
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.803	5.925
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.803	5.925
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,29	0,3

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	5.803	5.925
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.803	5.925

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	365	2.053
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.471	5.817
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	5.803	5.925
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição social diferido	1.166	2.112
6.01.01.03	Pis e Cofins diferido	154	104
6.01.01.04	Juros e Correção monetária sobre financiamentos	6.113	6.620
6.01.01.05	Ativo de contrato - remuneração	-7.682	-7.888
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social corrente	1.813	931
6.01.01.07	Títulos e valores mobiliários - rendimento	-1.894	-1.987
6.01.01.08	Depreciação	-2	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.106	-3.764
6.01.02.01	Outros impostos e contribuições a recuperar	0	307
6.01.02.02	Concessionárias e Permissionárias	-376	371
6.01.02.03	Ativo de contrato	9.344	9.010
6.01.02.04	Impostos e contribuições a recuperar	0	-286
6.01.02.05	Outros ativos	134	168
6.01.02.06	Fornecedores	-56	-45
6.01.02.07	Impostos e contribuições a recolher	-313	0
6.01.02.08	Encargos setoriais	137	-65
6.01.02.09	Outros passivos	93	61
6.01.02.10	Debêntures - pagamentos de juros	-11.487	-15.147
6.01.02.11	Impostos e contribuições pagos	-2.523	-754
6.01.02.12	Outros impostos e contribuições a recolher	-59	-497
6.01.02.13	Débitos tributários	0	3.113
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	8.345	4.903
6.02.01	Títulos e valores mobiliários - aplicações	-20.152	-20.654
6.02.03	Títulos e valores mobiliários - resgates	28.497	25.557
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.027	-9.454
6.03.01	Debêntures - pagamento de principal	-9.027	-9.454
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-317	-2.498
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	465	2.637
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	148	139

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.000	0	15.498	-1	0	35.497
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.000	0	15.498	-1	0	35.497
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.803	0	5.803
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.803	0	5.803
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	20.000	0	15.498	5.802	0	41.300

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.000	0	15.147	0	0	35.147
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.000	0	15.147	0	0	35.147
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.925	0	5.925
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.925	0	5.925
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	20.000	0	15.147	5.925	0	41.072

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	16.933	17.658
7.01.02	Outras Receitas	16.933	17.658
7.01.02.01	Remuneração do ativo de contrato	12.564	13.304
7.01.02.02	Operação e manutenção ativo de contrato	4.515	4.354
7.01.02.03	Parcela variável	-146	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.216	-1.140
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-439	-400
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-159	-138
7.02.04	Outros	-618	-602
7.02.04.01	Despesas gerais. administrativas e outros	-618	-602
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.717	16.518
7.04	Retenções	-1	-2
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1	-2
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	15.716	16.516
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.842	1.896
7.06.02	Receitas Financeiras	1.842	1.896
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	17.558	18.412
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	17.558	18.412
7.08.01	Pessoal	418	445
7.08.01.01	Remuneração Direta	298	328
7.08.01.02	Benefícios	107	102
7.08.01.03	F.G.T.S.	13	15
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.768	4.954
7.08.02.01	Federais	4.722	4.944
7.08.02.02	Estaduais	2	10
7.08.02.03	Municipais	44	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.569	7.088
7.08.03.01	Juros	5.976	6.483
7.08.03.03	Outras	593	605
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.803	5.925
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.803	5.925

Comentário do Desempenho



Comentário de desempenho

(em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as informações trimestrais - ITR referente ao período findo em 31 de março de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Companhia, sociedade anônima de capital aberto listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na categoria B, foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

3. Principais acontecimentos no período

(a) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 foi de 100%.

(b) Debêntures

Em 15 de janeiro de 2025 a Companhia efetuou o pagamento de principal e juros das debêntures no montante de R\$ 9.027 e R\$ 11.487, respectivamente.

(c) Auditores independentes

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas informações trimestrais - ITR societárias. No referido período não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria.

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das informações trimestrais - ITR se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por uma Diretoria composta por 3 (três) cargos, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto em lei.

Comentário do Desempenho



(c) Conselho da Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros efetivos para um mandato unificado de 03 (três) anos, sendo eleitos em assembleia geral de acionistas. Compete aos conselheiros, entre outros, eleger e destituir a Diretoria, fiscalizar a gestão de diretores, examinar os livros, papéis e relatórios gerenciais da Companhia, solicitar informações sobre contratos firmados, fixar a orientação geral dos negócios.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das informações trimestrais - ITR da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais - ITR para o período findo em 31 de março de 2025.

6. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o período findo em 31 de março de 2025.

Notas Explicativas



1 Contexto operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima de capital aberto listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na categoria B, foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024 a Celeo Redes Expansões S.A. possui 100% de participação na Companhia. A Celeo Redes Expansões S.A. é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo Redes).

A Celeo Redes possui 100% de participação na Companhia, sendo controlada em conjunto pela Elecnor S.A. com 51% e a APG Infrastructure Pool 2012 com 49%.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão nº 84/2002 (Contrato) tem como objetivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo.

O Contrato foi assinado no dia 20 de dezembro de 2002 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de dezembro de 2032. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2004.

Os contratos assinados entre os anos de 2000 e 2006 estabelecem uma Receita Anual Permitida (RAP) fixa, sendo prevista a queda da RAP a partir do 16º ano de operação comercial que se estenderá até o término do prazo da concessão.

A partir de julho de 2019 (16º ano de operação comercial) a Companhia passou a receber 50% da receita anual permitida do 15º ano.

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

A Resolução Homologatória (RH) nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 74.961 (RH nº 3.216, de 4 de julho de 2023 estabeleceu a RAP em R\$ 75.121 para o ciclo 2023-2024). Uma redução de 0,21% decorrente do reajuste do IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As informações trimestrais - ITR foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das informações trimestrais - ITR foi autorizada pela diretoria em 15 de maio de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 8.

Notas Explicativas



Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais - ITR, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais - ITR estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de R\$ e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais - ITR, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 8.4), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada (nota explicativa 23) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 15). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As informações trimestrais - ITR foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade nas suas operações.

7 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST).

Notas Explicativas



8 Políticas contábeis materiais

Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias porque não tiveram impacto.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1	01/01/2024
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16	
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias, salvo indicado ao contrário.

9 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

A Companhia aplica seus recursos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). No período findo em 31 de março de 2025 a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,12% (99,18% em 31 de dezembro de 2024) do DI com vencimento entre abril de 2025 e dezembro de 2025. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a totalidade dos recursos está aplicado em CDB.

ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação da 2ª emissão de debentures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação as contas denominadas (i) "Conta Reserva" (caixa restrito), com saldo no montante necessário para o pagamento da próxima parcela de serviço da dívida e (ii) "conta vinculada", que centraliza a movimentação dos direitos creditórios originados dos "contratos do projeto", relacionados aos contratos de concessão e de prestação de serviços. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, todas as contas estão em conformidade ao estipulado nos contratos relacionados às debêntures.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a totalidade dos recursos estão aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander, cuja rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos) foi de 95% DI.

10 Concessionárias e permissionárias

	31/03/2025	31/12/2024
A vencer	6.014	5.825
Até 3 meses	199	597
De 3 a 12 meses	766	218
Acima de 12 meses	1.281	1.243
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(1.243)	(1.243)
	7.016	6.640

Notas Explicativas



11 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	209.477	214.911
Remuneração do ativo de contrato	7.682	7.888
Recebimentos	(9.344)	(9.010)
Em 31 de março de 2025 e 2024	207.815	213.789

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	38.412	38.066
Não circulante	169.403	171.411
	207.815	209.477

12 Debêntures

Debêntures		192.722	233.368
Custo de transação	(a)	(3.541)	(4.116)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		189.181	229.252
Juros		5.976	6.483
Aquisição de Debêntures	(b)	-	-
Amortização - principal		(9.027)	(9.454)
Amortização - juros		(11.487)	(15.147)
Amortização - custo de transação	(a)	137	137
Debêntures		178.184	192.722
Custo de transação	(a)	(3.404)	(3.541)
Em 31 de março de 2025 e 2024		174.780	189.181

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	23.965	28.497
Não circulante	150.815	160.684
	174.780	189.181

i. Estrutura da dívida

A Companhia assinou, no dia 06 de julho de 2021 o instrumento particular de escritura da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor de R\$ 250.000, cujos recursos foram destinados à realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à acionista, bem como para reforço de caixa da Companhia. A liquidação ocorreu em 21 de julho de 2021.

Sobre o saldo devedor incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de Depósito Interbancário (DI) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,70% ao ano.

Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 17 de janeiro de 2022 e o último na data de vencimento em 15 de julho de 2031.

Notas Explicativas



ii. Estratégia para a contratação da dívida

Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto da captação em sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação.

iii. Fluxos dos pagamentos futuros

O fluxo estimado de pagamentos futuros, inclui somente principal, tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem semestralmente. Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de março de 2025 e considera que todas as amortizações de principal e juros da dívida serão efetuados nas datas contratadas.

Em 31 de março de 2025 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	31/03/2025
Em 2026	10.748
Em 2027	22.419
Em 2028	23.866
A partir de 2029	93.782
	150.815

iv. Cláusulas restritivas

As debêntures possuem cláusulas restritivas (*covenant*) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão descritas a seguir: (a) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura; (b) Liquidação, dissolução ou extinção da Companhia; (c) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência ou autotalência da Companhia, assim como apresentação, pela Companhia, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (d) Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (e) cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja a incorporada) ou incorporação de ações da Companhia, ou qualquer forma de reestruturação ou reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas ou seja realizada entre sociedades do mesmo grupo econômico e seja mantido o controle acionário; (f) Extinção definitiva ou transferência (total ou parcial) da Concessão ou encampação, caducidade, rescisão, anulação ou intervenção, pelo Poder Concedente, da Concessão; (g) Vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia com terceiros, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000 (dez milhões de reais); (h) Invalidade, nulidade, inexecutabilidade, rescisão ou ineficácia total desta Escritura de Emissão e/ou contratos de garantia; (i) Protesto de títulos de responsabilidade da Companhia, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 14.000 (catorze milhões de reais), cuja devida comprovação não for apresentada ao agente fiduciário; (j) Não observância, pela Companhia, por mais de 2 (duas) vezes consecutivas e/ou por mais de 4 (quatro) vezes intercaladas, do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,2 (um inteiro e vinte centésimos) vezes, a ser apurado pela Companhia anualmente; (k) concessão de preferência/prioridade a outros créditos ou assunção de novas dívidas financeiras pela Companhia, ressalvados determinados casos; (l) redução de capital social da Companhia, excetuadas certas hipóteses; (m) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas integrantes do grupo econômico a que pertença a Companhia, exceto por determinadas hipóteses.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas estabelecidas na escritura das debêntures.

Notas Explicativas



v. Composição do endividamento e da dívida líquida

	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	31/03/2025	31/12/2024
Dívida bruta					
Debêntures	4.967	19.547	153.670	178.184	192.722
Caixa e equivalentes de caixa e TVM					
Depósitos bancários à vista	-	148	-	148	465
CDB	-	73.278	-	73.278	79.728
Dívida líquida	4.967	(53.879)	153.670	104.758	112.529

13 PIS e COFINS diferidos

	31/03/2025	31/12/2024
PIS	1.533	1.506
COFINS	7.061	6.935
	8.594	8.441

Os valores apresentados referem-se à diferença temporária entre o reconhecimento da receita de acordo com os avisos de crédito (AVC) e a receita de acordo com a aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão. A segregação entre o circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados a seguir.

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	3.284	3.254
Não circulante	5.310	5.187
	8.594	8.441

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de renda	27.686	26.828
Contribuição social	9.960	9.652
	37.646	36.480

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	31/03/2025	31/12/2024
Provisão para perda de crédito esperada	(1.243)	(1.243)
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	38.889	37.723
	37.646	36.480

15 Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza cível, fundiária e tributária.

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Os valores de passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados que não possuem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Notas Explicativas



Os saldos de “provisão” e “passivos contingentes” estão detalhados a seguir:

	Provisões		Passivos contingentes	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Cível	338	338	1.021	1.021
Tributário	-	-	666	666
	338	338	1.687	1.687

(a) Cível

A Companhia possui ação anulatória de ato administrativo cumulada com repetição de indébito proposta pela Tractebel Energia S.A., contra a ANEEL, o ONS, bem como contra todas as concessionárias de transmissão de energia elétrica integrantes do SIN, dentre elas a Companhia. O objetivo é a declaração de nulidade do artigo 4º da resolução nº 117/04 da ANEEL que inseriu novo reajuste do valor do TUST (tarifa de utilização do sistema de transmissão) pago pelas empresas geradoras de energia que entrassem em operação a partir de 01/07/2005, além da condenação das concessionárias corréis, na devolução da diferença do valor que lhes teria sido pago indevidamente. O valor em risco é de R\$ 338 em 31 de março de 2025 (R\$ 338 em 31 de dezembro de 2024) e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável. O montante encontra-se contabilizado em “outros passivos” no passivo não circulante.

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o valor em risco é de R\$ 1.021, respectivamente, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

(b) Tributário**(b.1) Débitos tributários**

Até o período findo em 2023 a Companhia possuía pedidos de compensações de débitos tributários que até então não haviam sido homologados pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Esses débitos tributários foram originados na época que a Companhia era controlada pela Isolux, conforme nota explicativa 1.

O Contrato de Compra e Venda celebrado entre a Isolux e a Celeo Redes determinou a criação de uma conta garantia (*escrow account*) para assegurar o ressarcimento de determinados passivos existentes previamente à transferência de controle, em caso de desfecho desfavorável nas discussões com terceiros. Do valor total da compra firmado entre as partes, a Celeo Redes destinou uma parte para a *escrow account*.

Após a análise desses processos, no primeiro trimestre de 2023, a Isolux decidiu por não continuá-los e optou pelo pagamento e conseqüentemente o encerramento desses débitos. Considerando que esses processos ainda estavam em andamento durante o processo de compra da Companhia pela Celeo Redes, o valor dessas obrigações, após confirmação pela Isolux, foi abatido da *escrow account*. Em 06 de fevereiro de 2024 a Celeo Redes efetuou o ressarcimento dos débitos tributários devidos à CPTe no valor de R\$ 3.912, sendo R\$ 3.113 referentes a imposto de renda e contribuição social e R\$ 799 referentes a Pis/Cofins.

Notas Explicativas



No período findo em 31 de dezembro de 2023, do montante total de R\$ 4.770 considerado como risco de perda possível, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 3.912 referente aos débitos tributários. Sendo assim, foi reconhecido como um contas a receber com a Celeo Redes (dentro da rubrica "Outros Ativos") para reembolso futuro. Os valores foram pagos durante o período findo em 31 de dezembro de 2024.

(b.2) Pedido de compensação

A Companhia possui processos administrativos contra a Receita Federal do Brasil em virtude da utilização de créditos de IRPJ e CSLL, e que posteriormente não foram homologados. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o valor em risco é de R\$ 666, sendo avaliado pela administração com suporte dos assessores jurídicos como risco de perda possível.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 20.000, dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do período, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

A Companhia não reconhece mais constituição de reserva legal pois o saldo atual representa 20% do capital social.

(c) Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o valor de dividendo adicional é de R\$ 11.498.

17 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido do período	5.803	5.925
Média ponderada das ações emitidas	20.000	20.000
	0,29	0,30

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

Notas Explicativas



18 Receita operacional líquida

		31/03/2025	31/03/2024
Remuneração do ativo		7.682	7.888
Receita de operação e manutenção		4.515	4.354
Ganho na RAP	(a)	4.882	5.416
Parcela variável		(146)	-
Receita bruta		16.933	17.658
Pis e Cofins correntes		(1.589)	(1.797)
Pis e Cofins diferidos		(154)	(104)
Encargos setoriais	(b)	(681)	(710)
Deduções da receita		(2.424)	(2.611)
		14.509	15.047

(a) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada.

(b) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	31/03/2025	31/03/2024
Reserva global de reversão (RGR)	(447)	(471)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(164)	(164)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	(69)	(73)
	(681)	(710)

19 Custos operacionais

(a) Custos operacionais

		31/03/2025	31/03/2024
Pessoal		(418)	(445)
Manutenção de subestação	(i)	(175)	(141)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(155)	(151)
Contrato de compartilhamento de instalação		(83)	(78)
Material		(28)	(41)
Viagem e hospedagem		(35)	(29)
Aluguéis		(65)	(24)
Consultorias		-	(25)
Tributos		(29)	(33)
Diversos		(97)	(36)
		(1.085)	(1.003)

(i) Refere-se a prestações de serviços de reparo na infraestrutura da Companhia.

(ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo.

20 Resultado financeiro

	31/03/2025	31/03/2024
Rendimento de aplicação financeira	1.804	1.894
Outras receitas	37	2
Receitas financeiras	1.842	1.896
Juros - debêntures	(5.976)	(6.483)
Custo de transação - debêntures	(137)	(137)
Outras despesas	(241)	(212)
Despesas financeiras	(6.354)	(6.832)
	(4.512)	(4.936)

Notas Explicativas



21 Imposto de renda e contribuição social

	31/03/2025	31/03/2024
Resultado antes dos impostos	8.782	8.968
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(2.962)	(3.049)
Adições (exclusões)	(17)	6
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(2.979)	(3.043)
Alíquota efetiva	34%	34%

22 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

	Tipo de Transação	Índice de Correção	Prazo	Vencimento	Ativo/Passivo		Resultado	
					31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024
Celeo (I)	O&M	IGPM	5 anos	2026	48	94	(155)	(151)

- (i) Refere-se ao contrato com a Celeo Redes referente ao serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica de serviços de terceiros – custos operacionais.

(b) Remuneração da administração

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes.

23 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital.

Notas Explicativas



ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas à dívida ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, a dívida da Companhia possui taxas pré-fixadas mais variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes.

Notas Explicativas



Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do período findo em 31 de dezembro de 2024. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(8.793)	(6.595)	(4.397)
Debêntures	Aumento do CDI	8.547	10.683	12.820

*Fonte: O CDI para o cenário provável (15%) foi considerado conforme relatório Focus de 28 de março de 2025.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Nota	Hierarquia do valor justo	31/03/2025		31/12/2024	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa	9	Nível II	148	-	465	-
Títulos e valores mobiliários	10		-	73.278	-	79.728
Concessionárias e permissionárias	11		7.016	-	6.640	-
Ativos Financeiros			7.164	73.278	7.105	79.728
Fornecedores			551	-	607	-
Debêntures	13		178.184	-	192.722	-
Passivos Financeiros			178.735	-	193.329	-

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota	Hierarquia do valor justo	31/03/2025		31/12/2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	13	Nível II	178.184	178.188	192.722	195.907
			178.184	178.188	192.722	195.907

Notas Explicativas



As debêntures são classificadas como "outros passivos financeiros ao custo amortizado" e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos.

24 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de março de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2024 a 30.06.2025	31.050
Responsabilidade civil	30.06.2024 a 30.06.2025	20.000
Responsabilidade da administração	30.06.2024 a 30.06.2025	50.000

José Maurício S. de Souza

Marcus Hansen Balata

Bruno M. S. M. Melo

Diretor

Diretor relação com
investidores

Contador
CRC-RJ 111193/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.
Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As informações financeiras intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, ao resultado abrangente, às mutações do patrimônio líquido, aos fluxos de caixa e ao valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2024, obtidas das informações financeiras intermediárias daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações financeiras intermediárias em 31 de março de 2024 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 10 de maio de 2024 e 28 de fevereiro de 2025, respectivamente, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declara que reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2025.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2025

Marcus Hansen Balata

Diretor de Relações com Investidores

José Maurício S. de Souza

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A Diretoria da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2025.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2025

Marcus Hansen Balata
Diretor de Relações com Investidores

José Maurício S. de Souza
Diretor